

# A paz, o pão, educação, saúde

**P** [publico.pt/2022/03/24/politica/noticia/paz-pao-educacao-saude-1999959](https://publico.pt/2022/03/24/politica/noticia/paz-pao-educacao-saude-1999959)

Ana Sá Lopes

A Educação, a independência das mulheres (não a erradicação do machismo estrutural), a Saúde e a diminuição da pobreza sistémica são as grandes vitórias do 25 de Abril.



Foto

As primeiras eleições livres em 1975 Alfredo Cunha

Um dos primeiros mandamentos dos republicanos era a aposta na Educação. Apesar da propaganda e da criação de um certo número de escolas e centros republicanos de instrução (em algumas escolas primárias ainda de pé, fundadas por republicanos ilustres, ainda se pode ver os símbolos maçónicos) falharam redondamente. Em 1926, quando se dá o golpe militar de Gomes da Costa – que desembocará na ditadura formalizada na Constituição de 1933 –, a taxa de analfabetismo horroriza qualquer cidadão nascido depois do 25 de Abril: 66,2%, distribuído desigualmente entre mulheres, então cidadãos de segunda (73,3%) e homens (58,1%). O censo de 2011 regista uma taxa de 6,8% de portugueses que não sabem ler nem escrever.

A Educação começa a mudar um ano antes do 25 de Abril, com a reforma Veiga Simão – para cumprir os objectivos da OCDE, organização da qual a ditadura portuguesa já fazia parte. É então que são eliminados os chamados “livros únicos” destinados a inculcar os valores salazaristas – através dos quais gerações de portugueses aprenderam a ler e que hoje continuam à venda nas livrarias como objectos “nostálgicos” – e são introduzidos livros escolares mais neutros, apropriadamente apresentados como “experiência pedagógica”.

Veiga Simão foi ministro da Educação de Marcelo Caetano e depois, anos mais tarde, ministro da Defesa de António Guterres – um caso interessante e raro em Portugal de transição à espanhola, apenas no que toca a cargos governamentais. O historiador Miguel Cardina aponta as contradições da personagem, falecida em 2014: “Abre cursos gerais, constrói universidades nas colónias, mas é o arauto da repressão nas universidades, já é a expressão de um bloqueio.” A Educação, a independência das mulheres (não a

erradicação do machismo estrutural), a Saúde e a diminuição da pobreza sistémica são as grandes vitórias do 25 de Abril. Um grande especialista em Educação que prefere não ser identificado refere ao PÚBLICO como a revolução na Educação foi acontecendo, independentemente dos titulares do ministério, ou seja, quer fosse o PS ou o PSD a governar, a Educação melhora consistentemente em todos os parâmetros. Cardina atribui o fenómeno ao facto de Portugal cumprir “objectivos da OCDE”. Elísio Estanque não é tão optimista: “Nas estatísticas está tudo uma maravilha. Houve uma enorme evolução no acesso à formação educativa.” Porém, o professor universitário realça que os estudantes, nos últimos 35 anos, “chegam à universidade com menos motivação para o conhecimento, para questionar os conceitos, discutir os autores” e parece-lhe existir “um retrocesso num certo sentido”.

## **“Só há liberdade a sério, quando houver”**

---

Sérgio Godinho foi escolhido para estrela do concerto que comemora o facto de neste 24 de Março termos vivido já mais um dia de democracia do que os 48 anos que vivemos em ditadura. A 13 de Outubro de 1974 lançou um álbum que interpretava bem o espírito da época chamado “À Queima Roupa”, que incluía uma canção cujo refrão é ainda recordado (ou conhecido) por muitos portugueses. Chamava-se *Liberdade* e Sérgio Godinho escreveu-a assim: “A paz, o pão, habitação, saúde, educação/Só há liberdade a sério quando houver/liberdade de mudar e decidir/quando pertencer ao povo o que o povo produzir.” Tirando a última frase que muitos considerarão de “cariz socializante”, a verdade é que a democracia cumpriu todos os objectivos. Se o índice de pobreza em Portugal continua a ser repugnante, a comparação com a miséria em que se vivia na ditadura e nos anos a seguir ao 25 de Abril é muito favorável ao sucesso da democracia.

A criação do Serviço Nacional de Saúde em 1979, num governo em que o primeiro-ministro era Mário Soares e o ministro da Saúde o histórico António Arnaut, foi o início de uma mudança de paradigma. A saúde era privilégio de quem tinha meios e a figura do “João Semana”, o médico de aldeia que tratava os pobres sem levar dinheiro, é uma personagem do imaginário popular de outrora. A evolução vê-se na erradicação da mortalidade infantil e no aumento do número de médicos por habitante. Em 1960, havia 0,3 médicos por 1000 habitantes, actualmente a taxa é das mais elevadas da Europa: 7,1%. No ano em que havia 0,3 médicos por mil habitantes, em Portugal 90 crianças em cada mil morriam antes de atingir um ano de vida. Em Espanha, a mortalidade infantil era muito menor (40 em 1000) e no Reino Unido, que tinha implantado o serviço nacional de saúde no fim dos anos 40, era 20 em mil.

A falta de condições de saúde e a pobreza reflectem-se também nos dados da esperança média de vida. Ainda que a evolução científica no tratamento de doenças tenha contribuído para o aumento da esperança de vida, a verdade é que em 1926 era de 35 anos, abaixo dos outros países europeus. Em 1960, a esperança média de vida era de 60 anos e actualmente está em linha com os países europeus, 81,5 anos.

A habitação continua a ser um dos grandes problemas nacionais que a democracia não resolveu. Mas podemos ter uma ideia das condições de miséria habitacional dos tempos da ditadura, ao analisarmos os dados que revelam que nos anos 70 menos de metade da população portuguesa tinha acesso a água canalizada. E apenas 60% dispunha de esgotos. Hoje, esses dois bens essenciais existem em praticamente todo o universo habitacional.

A independência das mulheres – que estavam até ao 25 de Abril legalmente debaixo da tutela do marido – é uma das conquistas da democracia. Uma das leis mais humilhantes era aquela que obrigava as mulheres a terem autorização dos maridos para poderem sair do país. E se nos lembrarmos que o aborto só foi legalizado em 2008 e que a violência doméstica só foi criminalizada em 1995, concluímos que a democracia demorou muitos anos a reconhecer os direitos das mulheres. Não deixa de ser uma excelente notícia de que, pela primeira vez na democracia, um primeiro-ministro tenha ontem decidido escolher mais mulheres do que homens (uma) para o seu elenco governativo. Com uma ditadura que pôs na lei a menorização das mulheres e uma democracia que foi ignorando a sua existência, esse dia tardava a chegar.